

# Movimentos de “cristãos LGBT” e “feministas cristãs” no Brasil “evangélico”: pluralismo e as fronteiras da religião<sup>1</sup>

*Cris Serra (Instituto de Medicina Social – UERJ)*

## 1. Considerações iniciais

Minha pesquisa de doutorado tem como objetos os movimentos organizados de feministas cristãs e de cristãos LGBT no Brasil, inseridos em uma movimentação mais ampla identificada como um “cristianismo progressista”, que vem se propondo a fazer, desde dentro dos cristianismos, uma “disputa de narrativas” sobre o que significa “ser cristão”. Essa “disputa” se dá no contexto de uma sucessão de controvérsias públicas e embates políticos e eleitorais que, ao longo da década de 2010, vem consolidando, no imaginário público brasileiro, a ligação entre “religião”, sobretudo o cristianismo, e “conservadorismo”. Atores (auto)identificados como cristãos e seus aliados, reunidos sob o rótulo convencional de “evangélicos”,<sup>2</sup> são considerados protagonistas no fortalecimento e ascensão, no país, de uma agenda “antidireitos” e especialmente “antigênero”. Chamados de “fundamentalistas”, são entendidos como uma força de resistência à modernidade. Logo, uma força irracional e anticientífica, contrária e até incompatível com a lógica secular dos direitos humanos, a laicidade do Estado, a concepção pluralista de família, a diversidade sexual e de gênero e o ideário feminista (VAGGIONE, 2005).

Em meio ao recrudescimento do que vem se chamando de “conservadorismo(s)”, “fascismo(s)” e “fundamentalismo(s)”,<sup>3</sup> tem se atribuído grande parte da responsabilidade pela eleição de Jair Bolsonaro presidente à sua aliança com os “evangélicos”.<sup>4</sup> Em um dos braços da minha investigação, examino como, desde antes da campanha, a aproximação entre Bolsonaro e atores cristãos e sua apropriação instrumental de um repertório gramatical e simbólico cristão vem se articulando em torno de uma “cruzada antigênero” – e como esse elemento “antigênero”

---

<sup>1</sup> 44º Encontro Anual da ANPOCS, GT38 - Sexualidade e gênero: política, agenciamentos e direitos em disputa.

<sup>2</sup> Conforme assinala Ronaldo Almeida: a partir da adoção, no Censo Demográfico, da classificação dos protestantes em “evangélicos pentecostais” e “evangélicos não pentecostais”, “a categoria descritiva ‘evangélicos’ foi [parcialmente] estabilizada de forma técnico-científica”. Mesmo no campo das ciências sociais da religião a categoria “evangélicos” vem se consolidando, segundo Almeida (2017, p. 5); mas é preciso cuidado para não incorrer em um certo senso comum que traduz a crença em uma suposta homogeneidade e coesão de grupos mobilizados a partir de identidade religiosas – ignorando diferenças entre as várias denominações protestantes e eclipsando as especificidades da atuação de setores católicos romanos e espíritas, como notam Vital da Cunha e Evangelista (2019, pp. 90-91).

<sup>3</sup> Sobre como essas categorias vêm sendo usadas, ver Almeida e Toniol (2017).

<sup>4</sup> “Evangélicos” e “cristãos” são tratados aqui como categorias êmicas, cujos sentidos precisam ser examinados e discutidos.

nada tem de acessório nas disputas em curso. Pelo contrário, as disputas em torno de questões relacionadas a gênero e sexualidade são centrais e cruciais para a compreensão da movimentação e ascensão de forças que vêm sendo identificadas como “extrema direita” no Brasil e no mundo e que eu tenho olhado pelo viés do “antipluralismo”, procurando entender a articulação entre a perspectiva “antigênero” e esse antipluralismo.

Em meu percurso de pesquisa, venho montando um arquivo com registros de observações de campo (em eventos presenciais e, na atual quarentena, virtuais) e uma compilação documental de imagens e textos, artigos e postagens em redes sociais que compõem um panorama da movimentação de atores e organizações de cristãos LGBT e feministas cristãs no Brasil, olhando como esses movimentos articulam seus discursos, práticas e pedagogias sobre gênero e sexualidade nesse cenário mais amplo de “ataques antigênero”. Este *paper* é um recorte ainda cru desse levantamento, sem a pretensão de apresentar um percurso histórico linear nem uma enumeração exaustiva de grupos, atores e movimentos. Compartilho, portanto, algumas reflexões e achados iniciais dessa pesquisa em curso.

## **2. O “religioso” como “problema”**

Em agosto de 2020, quando ultrapassamos, no Brasil, o patamar de 100 mil mortos por Covid-19, o noticiário nacional foi tomado pelo caso de uma menina de 10 anos do Espírito Santo. Ela precisou ser levada para Recife para fazer valer seu direito constitucional à interrupção de uma gravidez, fruto de violências sexuais sofridas por ela ao longo dos últimos quatro anos nas mãos de um tio. Em torno dessa criança e de seu direito ao aborto, atores ditos “cristãos” e “pró-vida” ou seus aliados, de um lado, e redes feministas e aliados, de outro, entraram em confronto direto (ALVES, 2020).

Acompanhamos também a notícia das investigações sobre o padre Robson de Oliveira, reitor do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno e suspeito do desvio de 130 milhões de reais (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020). Assistimos à prisão de cinco filhos e uma neta da pastora e deputada federal pelo Rio de Janeiro Flordelis, denunciados por participação na morte do pastor Anderson do Carmo, marido de Flordelis, por sua vez acusada de ser a mentora intelectual e mandante do crime (LUCCHESE; FREIRE; MARTINS, 2020). Vimos ainda a prisão do Pastor Everaldo e dois de seus filhos, acusado de corrupção no governo do Estado do Rio de Janeiro (LUCCHESE *et al.*, 2020). O pastor foi o responsável, em 2016, pelo batismo do então deputado Bolsonaro no Rio Jordão (EXTRA, 2016), selando a aliança entre o futuro presidente e atores identificados como “evangélicos” na política.

Evoco e sobreponho essas imagens e os sentimentos que elas despertam para criar um

pano de fundo – qual seja, uma certa percepção sobre atores religiosos, recorrente em determinados setores da sociedade que, por sua vez, são identificados como “não-religiosos”. Isto é, são os “outros” da “religião”. Teço esse pano de fundo para uma reflexão sobre como vêm se percebendo e construindo dicotomias e antagonismos entre forças e agentes identificados como “religiosos”, “tradicionalistas”, “fundamentalistas”, de um lado, e, de outro, atores identificados como “laicistas”, “modernizantes”, “pluralistas”.

Oposições simplificadoras criam incompatibilidades – por exemplo, entre ser “cristão” e ser “LGBT+”; ou entre ser “feminista” e ser “cristã”. Criam também uniformidades – tal como a percepção do “cristianismo” e da “Igreja”, qualquer que seja ela, como campos monolíticos. Incompatibilidades e uniformidades podem acabar obscurecendo disputas e invisibilizando e simplificando dinâmicas, para fins de purificação ou de desqualificação do “nosso” próprio “lado” ou do “outro”, conforme o caso. Criam estereótipos simplificadores, que tendem a obscurecer o fato de que as articulações e contradições em jogo não são nem lineares, nem unívocas. Ignoram o caráter dialógico desse processo de gênese de posicionamentos e identidades – uma produção ininterrupta de uns em relação aos outros, recortando-se uns contra os outros e apoiados uns nos outros.

Tais dicotomias remetem à oposição moderna entre religião e sexualidade – paralela a outras dicotomias fundamentais da modernidade, como religião/secularidade e religião/ciência.<sup>5</sup> Enquanto a dimensão religiosa da vida (coletiva e individual) tende a ser representada como “antiquada”, “pudica” ou mesmo francamente “repressiva” (e, como aponta Joan Scott, também um domínio “feminino”), a sexualidade é considerada “a dimensão mais atualizada e expressiva possível da autenticidade subjetiva” (DUARTE, 2005, p. 137).

Prevalece também em determinados setores, como observa Juan Marco Vaggione (2005), uma interpretação da presença da religião no espaço público como uma “falha” no princípio laico de separação entre Igreja(s) e Estado ou um sinal de “enfraquecimento” da lógica democrática. Essas leituras são conformadas pela ideologia secularista, que supõe o recolhimento do elemento “religioso”, como influência supostamente “antimoderna”, ao domínio privado. Além disso, a tendência é que a dicotomia secular/religioso seja reduzida a progressista/conservador – reforçando a percepção negativa, em determinados segmentos, a respeito da presença da religião no espaço público (VAGGIONE, 2005). Entretanto, abordagens que “relegam a religião às margens da modernidade ou da democracia” (VAGGIONE, 2005, p. 238) são uma maneira reducionista de compreender e confrontar sua presença nas democracias

---

<sup>5</sup> Conforme discutido em Serra (2019, pp. 36-40 e 113-114).

contemporâneas.

Um dos problemas dessa “posição refratária às religiões”, nas palavras de Christina Vital e Ana Carolina Evangelista, seria “o não reconhecimento da colaboração histórica de tradições religiosas na defesa da cidadania, dos direitos humanos, [...] para a vida social e política do país”; outro seria “a percepção de uma unidade religiosa [imaginária] onde só há pluralidade” (VITAL DA CUNHA; EVANGELISTA, 2019, pp. 90-91). De fato, a ampla diversidade de valores no interior dos cristianismos brasileiros se reflete em diferentes modelos de atuação na esfera pública e engajamento social<sup>6</sup> – inclusive aqueles pautados por princípios de justiça social, cidadania e democracia e temas como direitos sexuais e à livre expressão de gênero, justiça reprodutiva e combate ao racismo estrutural (VITAL DA CUNHA, 2019; ALENCAR, 2019). Ignorar a presença dessa *tradição* religiosa dita “progressista” na sociedade, ainda que minoritária, só contribui para “o fortalecimento político de líderes religiosos e políticos próximos a eles que usam a religião para [...] [obscurecer] interesses econômicos e políticos” (VITAL DA CUNHA; EVANGELISTA, 2019, p. 90).

### **3. A pluralização do religioso revelada**

Muito embora, no rastro das manifestações de 2013, atores e grupos evangélicos alinhados com a chamada “onda conservadora” (ALMEIDA, 2017) tenham ganhado visibilidade no noticiário político nacional, Burity (2018) identifica nesse momento não uma “entrada” da religião na cena pública, mas um processo de emergência e reorganização de atores diversos. A ascensão do modelo político-eleitoral evangélico de ocupação do espaço público, portanto, não só não implica no desaparecimento de estratégias concorrentes<sup>7</sup> como, ao contrário, vem provocando a mobilização de atores e grupos identificados como “progressistas” nos cristianismos (CUNHA, 2017) – levando à renovação, multiplicação e visibilização de seus espaços e estratégias de ação tanto em termos de sua incidência pública<sup>8</sup> quanto de sua incidência no próprio tecido eclesial das religiões estabelecidas, seguindo uma lógica de pluralização e, com frequência, identitária.

Assim, na intenção declarada de “disputar narrativas” sobre e dentro dos cristianismos,

---

<sup>6</sup> Para um histórico da presença e atuação de evangélicos “progressistas” na vida pública e político-eleitoral brasileira, ver Burity, 2010a e 2010b; Alencar, 2019; Cunha, 2017

<sup>7</sup> Sobre diferentes modelos de ocupação do espaço público por atores identificados como religiosos, ver Burity, 2018, pp. 33-34 e 41-42.

<sup>8</sup> Burity entende “incidência pública” como “controle social, [...] participação qualificada em instâncias consultivas e deliberativas [...], e como mobilização de base para pautar temas importantes, subsidiar a formulação, a implementação e a avaliação de políticas públicas ou protestar contra situações várias de injustiça, violência” (BURITY, 2018, p. 37).

surgiram e vêm se consolidando nesse período coletivos e organizações como a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (FEED), Evangélicas pela Igualdade de Gênero (EIG), Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (FEPLA), Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, Evangélicxs pela Diversidade, Movimento Negro Evangélico, Rede de Mulheres Negras Evangélicas, apenas para citar alguns exemplos. Não são grupos estanques: há uma intensa interlocução e movimentação coletivas; partilha de pautas comuns, mesmo quando escapam ao foco temático de cada coletivo; formação de alianças e parcerias, sobretudo para atividades conjuntas, divulgação de eventos e multiplicação de mensagens. Sobretudo, encontra-se aí um vasto “emaranhado de interlocuções” (ALVAREZ, 2014, p. 19) que envolve não apenas coletivos como os mencionados, mas também pastorais e projetos sociais, organizações ecumênicas e inter-religiosas, igrejas, religiosos e religiosas ordenados, leigos e leigas, aliados e aliadas de outras filiações religiosas ou não crentes, entre outras possibilidades.

Esse cristianismo (auto)identificado como “progressista” configura-se como um “campo discursivo de ação”, na concepção de Sonia Alvarez (2014): uma rede de indivíduos, coletivos informais, grupos estruturados, ONGs, ocupando espaços diversos – às vezes, combinados – na sociedade civil, na academia, na mídia, nas comunidades religiosas. Mas é também uma malha composta por práticas e pedagogias; discursos, linguagens, retóricas e gramáticas; ideias, temas, valores e visões de mundo; e afetos – ao menos em parte, compartilhados, e igualmente objetos de disputas e tensões. É um tecido que entrelaça os elementos que o compõem e os atores que com ele se identificam, mas de maneira heterogênea; nele se observam pontos nodais e áreas de esgarçamento, regiões de maior ou menor densidade que se mantêm em fluxo, ao sabor de tensões e convergências, disputas e conflitos, rupturas e alianças.

No final de agosto, a sucessão de “escândalos” – para usar uma palavra cara ao vocabulário bíblico – levou a pastora luterana Lusmarina Campos Garcia a afirmar que “as igrejas cristãs chegaram ao fundo do poço” (GARCIA, 2020a); que “o cristianismo no Brasil apodreceu” (GARCIA, 2020b); e que “estamos precisando de uma nova Reforma [...] baseada no pensamento crítico, no compromisso com uma sociedade justa e igualitária, numa teologia libertária” (GARCIA, 2020a). O teólogo e pastor auxiliar na Comunidade Batista em São Gonçalo Ronilso Pacheco, da Comunidade Batista de São Gonçalo, referência da teologia negra no país, escreveu em sua coluna no UOL: “Grupos pró-vida e pró-família são grupos de ódio que usam Bíblia como álibi” (PACHECO, 2020).

Não foram críticas isoladas por parte de atores cristãos. D. Walmor Azevedo, presidente da CNBB, causou comoção ao chamar de “crime hediondo” a interrupção da gravidez da

menina de 10 anos estuprada (AZEVEDO, 2020). Sua postagem no Facebook foi rebatida com uma saraivada de críticas, grande número delas por parte de pessoas que se identificaram como católicas. “Hedionda é sua falta de humanidade e empatia”. “O senhor perdeu uma ótima oportunidade de ficar calado”. “Está longe de ser um cristão, de agir como Jesus pregava”. “Esse posicionamento é abominável.” “Sou católica mas acima de tudo sou cristã. Não creio que Jesus iria optar pela vida de um ser gerado em tanta dor e violência no ventre de uma criança que nunca a desejou”. “Dom Walmor, em grande parte das vezes eu concordo com o senhor, mas dessa vez me posiciono contra. Normalmente não sou favorável ao aborto, mas em casos como esse, considero uma importante e necessária exceção”.<sup>9</sup>

Em 25 de agosto, foi lançado um manifesto assinado por organizações e coletivos com participação de mulheres cristãs sobre “o caso do Espírito Santo” – o título não perde o duplo sentido entre o nome do estado brasileiro e a terceira pessoa da trindade cristã. O texto diz:

Somos leigas, diáconas, catequistas, ministras, reverendas, pastoras, religiosas, teólogas, bispas das mais diferentes expressões da tradição cristã. Somos pessoas batizadas, seguidoras fiéis de Jesus Cristo, o Nazareno. [...] Nós somos as herdeiras das mulheres silenciadas e violentadas da tradição cristã. [...] A tradição cristã é marcada pelas feridas abertas da misoginia tornada dogma e doutrina. Toda a hierarquia, autointitulada sagrada, foi construída sobre bases sólidas de ódio a nós, mulheres. [...] Cansamos de sermos silenciadas. Nós iremos denunciar este cristianismo distorcido que foi tornado cruz para nós, mulheres. Não deixaremos mais de falar sobre o direito ao aborto legal e seguro para evitar conflito. Não nos calaremos diante da perseguição às teólogas, pastoras, freiras, mulheres religiosas e não religiosas deste Brasil. Jesus de Nazaré nos autoriza a dizer: Chega! Basta de hipocrisia em nome da fé. Terminamos esta carta agradecendo ao movimento feminista que soube demonstrar a compaixão irrestrita à menina de dez anos. Enquanto grupos religiosos destilavam ódio e agressão em nome de Deus, as mulheres feministas se zeram as samaritanas que souberam demonstrar a incondicionalidade do amor. (CEBI, 2020)

Entre as organizações signatárias do manifesto estão a campanha “Tire os fundamentalismos do caminho”, lançada no dia 17 de agosto, que se apresenta em suas redes sociais como uma iniciativa

realizada por organizações feministas, entidades baseadas na fé de matriz cristã, afro brasileiras e indígenas, com o objetivo de alertar a sociedade sobre os avanços dos fundamentalismos no Brasil e o risco que representam à vida das mulheres. [...] tem como finalidade também afirmar a importância da pluralidade de crenças e apontar para caminhos e práticas de uma cultura de paz, de respeito e de valorização da diversidade. (TIRE OS FUNDAMENTALISMOS DO CAMINHO, 2020)

Outra signatária de surgimento recente é a Rede Madalenas, lançada no dia 22 de julho, dia de Santa Maria Madalena – santa de estatuto muito ambivalente na história do cristianismo. Segundo os Evangelhos, foi a primeira pessoa a receber o anúncio da Ressurreição de Cristo e, por isso, é chamada de Apóstola dos Apóstolos. Simultaneamente, uma tradição cristã a

---

<sup>9</sup> Os comentários foram extraídos da postagem de D. Walmor Azevedo no Facebook (AZEVEDO, 2020).

descreve como uma “prostituta”, identificando-a com a mulher adúltera que Jesus salvou da morte por apedrejamento com o célebre “quem nunca pecou, que atire a primeira pedra”.

A Rede Madalenas, composta inicialmente por dez coletivos de mulheres evangélicas, se apresenta como “uma rede de apoio oferece escuta ativa e acolhimento àquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade” (PROJETO REDOMAS, 2020). Na mesma postagem se lê: “ainda que as estruturas patriarcais e machistas (da época de Madalena e de hoje) queiram negar, nós somos alvo do amor de Deus e nEle podemos fazer uma revolução, assim como Madalena fez na história do cristianismo!” (PROJETO REDOMAS, 2020).

Com o mesmo nome de “Madalenas”, foi lançado nessa data também o “Núcleo Madalenas” da Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT. Na página da Rede no Facebook e em seu perfil no Instagram, foi publicada uma nota de apresentação da proposta:

nos reunimos para empoderar e aumentar a representatividade das mulheres lésbicas, bissexuais, transgênero e pessoas não-binárias na nossa Rede. Convidamos todas para partilhar experiências e promover novos debates sobre religião, gênero e diversidade, a fim de visibilizar e validar nossas experiências como pessoas de fé. Propomos a busca pelo autoconhecimento e o investimento no protagonismo e na liderança das mulheres em nossos coletivos católicos LGBTQI+, almejando a efetiva diversidade. (*apud* REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT, 2020)

Esses exemplos mostram como essas comunidades discursivas, como diz Sonia Alvarez, “disputam as representações dominantes” e “constituem formações nitidamente políticas nas quais a cidadania é construída e exercida, os direitos são imaginados, e não só demandados, as identidades e necessidades são forjadas e os poderes e os princípios são negociados e disputados” (ALVAREZ, 2014, p. 19) tanto nos campos mais amplos em que se inserem quanto internamente. De fato, “o poder, os conflitos, as lutas interpretativas, as disputas político-culturais também são elementos constitutivos” dessas formações políticas – que, sendo políticas, serão sempre atravessadas pelas tensões decorrentes de “desigualdades e relações desiguais de poder” (ALVAREZ, 2014, p. 19).

Foi o que aconteceu no primeiro semestre de 2019, quando – no contexto do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que resultaria na criminalização de atos de homofobia e transfobia – a FEED começou a ser pressionada para se posicionar. Em abril, o *site* “Ativismo Protestante” questionou: quando a Frente, “dita progressista e alinhada à esquerda, vai sair do armário da homofobia religiosa e defender as causas dos LGBTIs, como a criminalização da homofobia, inclusive a religiosa, e o casamento homoafetivo pelas igrejas cristãs?” (CARVALHO, 2019). Com a repercussão da controvérsia, um mês e meio depois a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito publicou no Facebook uma nota protocolar, manifestando “repúdio” à homofobia, justificado “pelos marcos civilizatórios dos Direitos Humanos” e

fundamentado “na Constituição Federal” (FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO, 2019) – esquivando-se, portanto, do debate em termos religiosos.

As tecnologias de comunicação – cruciais para a expansão da visibilidade e atuação de atores religiosos no espaço público – proporcionam a essas dinâmicas um importante suporte material. A popularização das mídias digitais, a partir dos anos 2000, veio democratizar o acesso e a capacidade de comunicação social. Os atores ligados ao ativismo político cristão identificado como “progressista” têm se beneficiado da repercussão e alcance proporcionados pelos novos meios (CUNHA, 2017, pp. 224-225). Essas mídias facilitam o contato e interlocuções, favorecem a formação de redes e as fortalecem. Propiciam a multiplicação dos coletivos e grupos de estudos e reflexão, “influenciadores” e “produtores de conteúdo”, páginas e perfis no Facebook e no Instagram, grupos de WhatsApp, *sites* e outros veículos informativos alternativos à grande imprensa, ligados ou não a atores e grupos religiosos. Inclui-se aí o espaço mais ou menos fixo concedido a atores religiosos em veículos diversos, tais como as colunas “Diálogos da Fé”, com Magali Cunha, na Carta Capital; e “Feministas”, de Simony dos Anjos, no Justificando (originalmente assinada com a antropóloga Jacqueline Moraes Teixeira). Há também as colunas de Ronilso Pacheco no *The Intercept* Brasil e no UOL; de Rachel Daniel, da FEPLA, na Mídia Ninja; e, mais recentemente, de Lusmarina Garcia no portal feminista Catarinas e do pastor batista José Barbosa Júnior (criador do movimento Jesus Cura a Homofobia), na Revista Fórum. Criam-se assim espaços alinhados com pautas “progressistas”, que repercutem as disputas nos e dos cristianismos.

É interessante observar o impacto destes meses de quarentena, mesmo que parcial, sobre esses atores e sua teia de relações, em termos de uma tendência de intensificação do uso das mídias digitais, não só pelo maior número de postagens mas, sobretudo, mediante a multiplicação de celebrações, entrevistas, rodas de conversa, palestras, seminários e outras atividades com transmissão ao vivo (*lives*), que têm ampliado a repercussão e o alcance do trabalho desses movimentos, aprofundado a interação com o público e promovido uma ramificação e um adensamento das articulações entre os atores no campo, com uma proliferação também de iniciativas conjuntas.

A Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, por exemplo, realizou sua primeira *live* no Instagram em 24 de março. Vieram em sequência uma celebração de Quaresma; um tríduo pascal; e o lançamento do site da Rede. Em maio, houve três *lives* no Instagram e uma celebração com a temática da mulher e seu lugar na Igreja; uma série de sete vídeos com pessoas convidadas de outros movimentos em preparação para Pentecostes e uma celebração de Pentecostes. No mês de junho, foi realizada uma campanha de depoimentos de católicos LGBT



dos coletivos da Rede, com a *hashtag* “Testemunhos da Diversidade”; e uma celebração do Orgulho. Em julho, seriam iniciadas as atividades do Núcleo Madalenas e realizou-se a celebração de 6 anos da Rede. Nessa ocasião, foi lançado um *e-book* com os 21 depoimentos da campanha “Testemunhos da Diversidade” (SERRA; SILVA; ARAÚJO, 2020). Em agosto, foi feita uma celebração da visibilidade lésbica. Nesse ínterim, multiplicaram-se também as celebrações e eventos organizados pelos coletivos da Rede, bem como os intercâmbios entre os diferentes grupos.

Em junho, também o Evangelicxs pela Diversidade lançou, com a Plataforma Intersecções, uma campanha intitulada “Fé na Diversidade” (#FéNaDiversidade). No *site* da campanha, lemos que se trata de “uma iniciativa para lideranças expressarem pedido de perdão com relação à LGBTfobia das igrejas e organizações evangélicas, assim como para reconhecer, celebrar e afirmar a diversidade sexual e de gênero” (AGÊNCIA NOVOS DIÁLOGOS, 2020). Foram disponibilizadas também uma “Declaração em reconhecimento da dignidade e do amor de Deus às pessoas LGBTI+”,<sup>10</sup> já subscrita por 135 lideranças, para coleta de novas assinaturas; e uma série de “relatos em áudio, vídeo e texto de experiências de pessoas LGBTI+ e evangélicas com as igrejas” (AGÊNCIA NOVOS DIÁLOGOS, 2020).

Assim, esses movimentos enunciam e põem em circulação códigos culturais cujo alcance é potencializado pelas novas tecnologias de comunicação; mas, para além dessas mídias em sentido estrito, a própria trama de conexões do campo lhes serve de caixa de ressonância.

Em termos tanto analíticos quanto normativos, a perspectiva dinâmica de “campos discursivos de ação” será útil para evitar a armadilha da fixação de identidades e dos limites que as distinguem – que obscurece o olhar e paralisa a imaginação –, e ultrapassar polarizações e dicotomias. Permite perceber que, entre um “lado” e o “outro”, as fronteiras se delineiam no jogo relacional; não são definidas em função de algo específico de cada um. Os campos se interpenetram, e o intercâmbio e aprendizado mútuos – de linguagens, de valores, de estratégias – são constantes.

Os atores identificados como “religiosos” absorveram a linguagem e as táticas de seus adversários (ou aliados, conforme o caso) no embate em torno do espaço público no mundo secularizado. Incorporaram novas ferramentas de intervenção na sociedade. Um exemplo é o “secularismo estratégico” (VAGGIONE, 2005; 2017) na linguagem, que lhes permite apropriar-se da linguagem e do *modus operandi* jurídico e científico, a fim de defender suas posições e/ou contestar seus oponentes em seus próprios termos. Outro é a “onguização”

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://fenadiversidade.com/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

(ALVAREZ, 2009; VAGGIONE, 2005), que lhes proporciona instrumental jurídico para agir na esfera civil secular. Há ainda a reivindicação de uma cidadania desde sua identidade religiosa (VAGGIONE, 2017). São estratégias mimetizadas pelo “religioso” – e adaptadas conforme ele se posicione como “conservador” ou “progressista” – para fins de legitimação perante seus “outros” (sejam eles adversários ou aliados), no espaço para além de suas fronteiras.

Mas, ao adentrar o campo alheio, o “religioso” se deixa penetrar, e pode também ser contestado em seu próprio terreno por seus outros; porque as fronteiras são permeáveis, afinal – e “a existência mesma da fronteira é suscetível a superação, transformação, diálogo” (EFREM FILHO, 2019, p. 145), num fluxo constante de negociação. Daí que, desafiada por seus pares, religiosos ou não, a comprovar seu caráter “progressista” adotando uma posição anti-homofóbica e anti-transfóbica, a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito se justifica em linguagem jurídica. Nem uma palavra em idioma cristão, para não se deslegitimar como interlocutora “religiosa”?

Outros exemplos foram o lançamento de uma pré-candidatura coletiva de “cristãos de esquerda” para a Câmara Municipal de Porto Alegre em 2020 (SALES, 2020); e um movimento, concentrado no estado de São Paulo, por uma Bancada Evangélica Popular, que em seu *site* se define nos seguintes termos:

um movimento popular de evangélicas e evangélicos que desejam participar de forma direta na política. À luz da Palavra de Deus, queremos promover políticas públicas concretas que cessem com a desigualdade social e promovam justiça, paz e dignidade para todas e todos. Nosso propósito é ocupar as câmaras e assembleias com uma Bancada Evangélica Popular, que lute e defenda os direitos de nosso povo. Faremos isso indicando e apoiando nossos irmãos e irmãs que se dispõem a esta luta nas candidaturas, de forma pluripartidária. Não há nesse movimento e sua intenção, uma expressão unívoca de pensamento político e/ou teológico, [...] Mas nos reunimos a partir de nossa identidade e preceitos básicos teológicos e políticos que partilham do entendimento de papel como cristãos-evangélicos, agentes do Reino de Deus, para promoção da transformação social. (BANCADA EVANGÉLICA POPULAR, 2020)

Inserida nesse movimento está a candidatura a prefeita de Osasco da cientista social Simony dos Anjos, da Rede de Mulheres Negras Evangélicas, das Evangélicas pela Igualdade de Gênero e responsável pela coluna Féministas no Justificando, que diz:

Como pessoa Evangélica tenho irmãs e irmãos que caminham comigo na defesa do Estado Laico! Sim, nos assumimos como evangélicos não para "evangelizar" pessoas, mas para provar que pessoas religiosas PODEM e DEVEM fazer política laica, para o povo e popular! Estamos em uma disputa de narrativas: evangélicas e evangélicos não votem em pessoas por serem "Pastoras/es" ou Evangélicas/os". Votem em pessoas porque elas estão do lado do povo! (ANJOS, 2020)

Outra candidatura é a da Reverenda Alexya Salvador, das Igrejas da Comunidade Metropolitana, primeira mulher trans ordenada numa igreja cristã na América Latina. Em postagem no Facebook, ela se apresenta nos seguintes termos:

Aprendemos com o próprio Jesus a subverter o sistema. Ele a todo tempo ressignificava a religião. Quando ele disse que não veio abolir a lei, estava dizendo que a era para irmos além. A lei é o amor, a promoção da cidadania, a ruptura com as práticas evangélicas de subalternação e colonização dos nossos corpos e desejos. Não compactuamos com esses tais "valores cristãos" que geram morte, perseguição e retirada de direitos. (SALVADOR, 2020)

Outra demonstração da porosidade e maleabilidade das fronteiras está na adoção de um discurso de “direitos” e uma reivindicação de “cidadania plena” nas igrejas por parte de cristãos LGBT e cristãs defensoras da legalização do aborto: “o fiel tem o direito de discutir”, disse enfaticamente Rosângela Talib, coordenadora de Católicas pelo Direito de Decidir, num evento em Niterói (RJ) em 2018, ao ser confrontada com a doutrina católica romana expressa em documentos eclesiais.

A porosidade dos discursos se observa também na denúncia de violências e desigualdades estruturais nas igrejas com relação a gênero, raça ou sexualidade, nos termos das pautas feministas, da luta antirracista, do movimento LGBTI+. Um exemplo desse tipo de denúncia se deu em julho de 2019, quando a Juventude Batista Brasileira promoveu o Despertar 2019, evento de quatro dias realizado na Igreja Batista Atitude, Zona Oeste do Rio de Janeiro – igreja frequentada pela família Bolsonaro. Estava prevista na programação a mesa-redonda “Descolonizando o olhar: o racismo atinge a Igreja?”, com Fabíola Oliveira, de Odarah Cultura e Missão, e Marco Davi Oliveira, do Movimento Negro Evangélico. Uma semana antes, ambos começaram a sofrer ataques difamatórios nas redes sociais, encabeçados por dois pastores brancos. A pressão surtiu efeito: por decisão da Convenção Batista Brasileira (CBB), os dois foram “desconvidados”. Três dias antes, Fabíola havia postado em seu perfil no Facebook uma “Carta aberta ao Brasil Batista”, denunciando: “Só Jesus Expulsa o Racismo da Igreja Evangélica brasileira. Mas, antes de expulsá-lo, Jesus o revela. Ele faz com que seu nome seja conhecido: racismo” (OLIVEIRA, 2019b). Cancelada a mesa, Fabíola assinalaria, em nova postagem a respeito: “a pergunta [que dava título à mesa] foi respondida” (OLIVEIRA, 2019a). A controvérsia chegou a obter nos meios evangélicos alcance suficiente para ela celebrar: “um debate que era pra durar uma hora e meia num congresso, está durando mais de 100 horas. Um debate que se dá, ainda tímido, nas igrejas locais, toma o Brasil todo” (OLIVEIRA, 2019a).

Há interseções importantes de raça, gênero e classe na luta antirracista na Igreja – que são trazidas à pauta por movimentos negros evangélicos, e especialmente por coletivos de mulheres negras evangélicas, que escapam ao escopo deste trabalho mas que não posso deixar de mencionar aqui. Como movimento emblemático, registro a fundação, em agosto de 2018, da Rede de Mulheres Negras Evangélicas, a partir da inquietação diante da “invisibilidade das questões que afetam [especificamente] as mulheres negras evangélicas no seio do

protestantismo brasileiro” (REDE DE MULHERES NEGRAS EVANGÉLICAS, 2019). Na análise de Simony dos Anjos, pesquisadora e integrante da Rede, em palestra proferida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp em outubro de 2019, quando mulheres evangélicas reivindicam sua identidade negra, “elas quebram um pilar de sustentação da igreja, que é a demonização do negro” (ANJOS, 2019).

A propósito da divulgação dos resultados de uma pesquisa do Datafolha em janeiro de 2020, que confirmou que 59% dos evangélicos brasileiros identificam-se como negros ou pardos e são, em sua maioria, mulheres, Camila Mantovani e Rachel Daniel, da FEPLA, denunciam como a demonização dos próprios evangélicos por setores da sociedade brasileira corresponde à reprodução de uma série de opressões – de classe, de gênero e de raça – historicamente constitutivas de nossa sociedade. Em comentário publicado no site da Mídia Ninja, elas salientam que, uma vez que a parcela evangélica da população, em especial pentecostais e neopentecostais, é predominantemente composta por negros, pobres e mulheres, demonizar os evangélicos significa demonizar a classe trabalhadora, as mulheres e “o povo preto e sua religiosidade” (DANIEL; MANTOVANI, 2020), endossando o discurso racista e reforçando a teologia colonial que se apropriou do cristianismo. E sugerem:

Em vez de rir da espiritualidade pentecostal, olhe a beleza de uma espiritualidade negra, que se manifesta no corpo, na dança, no sapatear, no falar em línguas e o quanto é essa espiritualidade que mantém esse povo de pé. Essa espiritualidade da qual a gente tem debochado, é negra, ancestral e sagrada. (DANIEL; MANTOVANI, 2020)

Os movimentos de feministas cristãs lançam mão não só do paradigma da teologia feminista e outras teologias contextuais mas, sobretudo, de uma retórica, uma gramática e uma pedagogia cristãs, para realizar, especialmente junto às mulheres cristãs, um trabalho de disseminação, debate, sensibilização e esclarecimento de temas caros ao feminismo, com foco especial na denúncia e o combate à violência de gênero nas igrejas, comunidades e espaços de vivência da fé e na militância pelo direito ao aborto legal e seguro, mas também em articulação com as pautas antirracista e da diversidade sexual e de gênero.

A pastora luterana Romi Bencke, membro do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), defende a importância da aliança entre mulheres feministas religiosas (especialmente cristãs) e não-religiosas. Para ela, a “hermenêutica patriarcal da Bíblia” é um dos principais pilares de sustentação do “patriarcado” – e argumenta: “a violência contra a mulher tem uma base de argumentação teológica também” (BENCKE, 2019). De fato, o movimento de feministas cristãs pretende acionar, para o enfrentamento da violência e subversão do ordenamento de gênero hegemônico, uma retórica e gramática cristãs, recursos tantas vezes instrumentalizados para justificar e legitimar tanto a primeira quanto o segundo.

Analogamente, os grupos e movimentos de cristãos LGBT organizados no interior das igrejas (além de movimentos nacionais de católicos e evangélicos, há coletivos específicos de luteranos e metodistas, além de diferentes movimentações em outras denominações e das igrejas chamadas de “inclusivas”, voltadas mais expressamente para o público LGBT+) têm como tônica a permanência e a demanda por espaço e reconhecimento em seus ambientes eclesiais de origem, constituindo espaços de dissidência e resistência especialmente naquelas comunidades e instituições religiosas mais pautadas pelo rigorismo moral e defesa de uma ordem sexual e de gênero restritiva (SERRA, 2019).

Na atuação desses movimentos, mesclam-se trabalho pastoral, ativismo e uma produção acadêmica que já não se restringe ao campo da teologia, adentrando especialmente as ciências da religião e as ciências sociais. Simony dos Anjos (2019) chama atenção para esse diálogo entre ativismo e academia ao destacar o papel crucial – tema de sua pesquisa de doutorado em andamento – do recente e crescente acesso de mulheres negras ao ambiente e à formação universitária (via políticas de ação afirmativa) na constituição do feminismo negro evangélico.

Algumas estratégias recorrentes, adotadas em diferentes pontos e momentos dessa rede com variados graus de radicalidade, remetem a uma perspectiva de autonomização moral, que envolve uma releitura crítica e situada histórica e culturalmente das Escrituras e outros documentos eclesiais. Ao procurar ultrapassar a concepção eclesiológica que deposita a prerrogativa da verdade última sobre Deus e o sentido da existência humana na autoridade magisterial e encontrar uma posição de maior autonomia pessoal e coletiva, esses atores caminham na direção de superar uma atitude apologética e, em vez de pedir permissão para entrar ou permanecer na igreja, afirmam não só sua presença, mas seu direito de estar aí. A mudança de ponto de vista lhes permite questionar a legitimidade de uma igreja que se diz “seguidora de Cristo” mas promove a violência e a exclusão (SERRA, 2019).

Nesses movimentos interligados, e nas movimentações mais amplas de “cristãos progressistas” aos quais se entrelaçam, pode-se ver uma dinâmica que remete à discussão do “poder pastoral” por Foucault (2008), que fala daqueles “elementos-fronteira” que não são “absolutamente exteriores [...] ao cristianismo” e que desempenham papel central nas contracondutas que criam resistências ao exercício do que esse autor chama de “pastorado cristão” – o que aponta para o permanente jogo de apropriações e construções mútuas de sentido no campo religioso.

Aqui, é emblemático o acionamento da categoria “tradição” no campo. Utilizada com frequência no singular e com T maiúsculo, tem o efeito de cristalizar categorias e relações que são convencionais – como arranjos familiares e papéis de gênero, por exemplo. Revestindo-as

de uma qualidade universal e transcendente, torna-as impermeáveis à análise política – isto é, obscurece o fato de que identidades e lugares sociais são construídos relacionalmente, num jogo permanente de disputas, alianças e negociações – e, no limite, exclui a possibilidade de autonomização moral. Desse modo, diferenças hierárquicas são ao mesmo tempo legitimadas e invisibilizadas. Quando ordenamentos sociais são tratados como absolutos, qualquer estranhamento dos valores que os sustentam, qualquer risco (ainda que apenas percebido) de interrupção da sua reprodução, são entendidos como uma ameaça de deterioração do tecido social – o que põe em risco a própria sobrevivência da sociedade, mobilizando ansiedades sociais de vasta intensidade emocional que tendem a assumir contornos de “pânico moral”. Nesse contexto, a suposta necessidade de “resgatar” A “Tradição” singular, unívoca e inequívoca e a denúncia de sua degradação, ou ameaça de degradação, se constitui não só numa poderosa estratégia de referendar as normas e ordenamentos vigentes, mas numa eficiente pedagogia para transmissão e reprodução dessas normas e ordenamentos.

Aqui, me remeto à discussão acerca dos processos de “invenção das tradições”. Historiadores como Eric Hobsbawn (2018 [1983]) apontam para a produção contínua de “tradições” e assinala que as disputas e negociações em torno da transformação e consolidação de tradições não se restringe às sociedades ditas “tradicionais”, mas, ao contrário, ocorrem intensamente nas sociedades modernas. Nesse sentido, é importante lembrar como, historicamente, vêm se articulando discursos que evocam uma suposta “tradição” acerca da diversidade sexual e de gênero, ou dos estereótipos de gênero e do lugar de mulheres e homens na sociedade, em reação ao tensionamento de ordenamentos e hierarquias por parte de movimentos feministas e movimentos LGBTQ+, por exemplo. Por exemplo: dos principais documentos que legitimam a doutrina da Igreja Católica de Roma com relação às “pessoas homossexuais”, o mais antigo deles, a “Declaração Persona Humana sobre alguns pontos de ética sexual” (SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ, 1975), data de 1975. É a esse documento que o Catecismo remete para fundamentar a afirmação de que “a tradição *sempre* declarou que ‘os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados’” (CIC, 2009, nº 2357; grifo meu). Entre os casos mais atuais, o acionamento da categoria “tradição” no discurso de combate à “ideologia de gênero” para legitimação de determinadas normas sexuais e de gênero é emblemático.

Entretanto, movimentos de cristãs feministas e de cristãos LGBTQ, assim como o campo mais amplo de “cristãos progressistas”, evocam e remetem a outras tradições. Falam em uma “tradição cristã” de denúncia e combate a desigualdades, opressões e injustiças, que não compactua com “os poderosos do seu tempo”. Tradições que criticam e se opõem frontalmente

a um “legalismo vazio” e um “moralismo hipócrita”. Tradições que remetem a “Amor”, “Acolhimento”, “Serviço”, falando em uma tradição “revolucionária” de luta contra a “injustiça”, que impõe “a quem segue o Cristo” o “dever moral” de se colocar sempre ao lado daquelas pessoas mais “pequeninas”, mais “desamparadas”, mais “excluídas”, mais “marginalizadas”, mais “violentadas”. “Tradições” de “libertação” de “opressões” e “autoridades terrenas” – inclusive religiosa. Aqui, se vê claramente o acionamento da categoria “tradição” e das disputas em torno dela como pedagogias de gênero e ordenamento social e sexual.

#### **4. Considerações finais**

Dois pontos importantes, diretamente relacionados a essas disputas em torno da construção e desconstrução, invenção e apagamento, legitimação e deslegitimação de “tradições”, seriam (1) uma exploração que venho fazendo do uso da categoria teológica “imaginação” como estratégia de criação de projetos e horizontes políticos para o mundo, em diálogo com a categoria “imaginação” em Benedict Anderson (2019 [1983]). E (2) dialogando com Donna Haraway (1995), uma comparação entre a “imagem de Deus” projetada por uma experiência patriarcal do cristianismo e por outras experiências, e como essas diferentes imagens de Deus expressam cosmovisões específicas que constituem projetos políticos de mundo e se articulam também como pedagogias sociais. Mas são discussões ainda incipientes na pesquisa, a amadurecer.

Ao reivindicar autonomia para dizer quem são e decidir se e como conciliar suas identidades e pertencas múltiplas, cristãos LGBT e feministas cristãs reconfiguram todo o campo. Ampliam os limites do que significa ser “cristão”. Ampliam os limites do que significa ser “LGBT”, e do que significa ser “feminista”. Ampliam os limites do mundo que supõe essas identidades incompatíveis. Ampliam os limites da norma binária cisgênero, heterossexista e familista e dos ordenamentos e hierarquias por ela estabelecidos, tensionando lugares e papéis de gênero. E apontam claramente para a pluralização do “religioso”.

#### **Referências bibliográficas**

AGÊNCIA NOVOS DIÁLOGOS. Campanha #FéNaDiversidade pede perdão pela LGBTfobia das igrejas evangélicas. *Novos Diálogos*, 23 de junho de 2020. Disponível em: <<https://novosdialogos.com/noticias/campanha-fenadiversidade-pede-perdao-pela-lgbtfobia-das-igrejas-evangelicas/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

ALENCAR, Gustavo. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e

ações de coletivos evangélicos progressistas. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 2019, pp. 173-196.

ALMEIDA, Ronaldo. A onda quebrada: Evangélicos e conservadorismo no Brasil. *cadernos pagu*, n. 50, 2017.

\_\_\_\_\_; TONIOL, Rodrigo. *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: Análises conjunturais*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2018.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: Reflexões sobre o campo feminista. *cadernos pagu*, n. 43, janeiro-junho de 2014, pp. 13-56.

ALVES, Chico. Grupo vai a hospital para defender aborto legal de menina de 10 anos. *UOL*, 16/08/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/08/16/grupo-vai-a-hospital-para-defender-aborto-legal-de-menina-de-10-anos.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 (1983).

ANJOS, Simony dos. “Como pessoa Evangélica tenho irmãs e irmãos que caminham [...]”. *Facebook* (postagem em página pessoal), 2 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=10218104554748879&set=a.10210942931872783>>. Acesso em: 10 set. 2020.

\_\_\_\_\_. *Religião e Feminismo: A insurgência das Féministas* [vídeo]. *Canal do IFCH Unicamp no YouTube*, 15 de outubro de 2019. Disponível em: <[https://youtu.be/b\\_dSELkN3zg](https://youtu.be/b_dSELkN3zg)>. Acesso em: 07 nov. 2019.

AZEVEDO, Walmor de Oliveira. “Lamentável presenciar aqueles que representam a Lei e o Estado [...]” *Facebook* (postagem em perfil pessoal), 17 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DomWalmor/posts/1183312905381978>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BANCADA EVANGÉLICA POPULAR. *O que é o nosso movimento? Bancada Evangélica Popular (site)*, 2020 Disponível em: <<https://www.bancadaevangelicapopular.com/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BENCKE, Romi Márcia. *Laicidade e direito ao aborto: intersecções e conexões entre o debate feminista secular e feminista religioso*. Sexuality Policy Watch e CFemea, outubro de 2019. 20 pp. Disponível em: <[https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/laicidade\\_direito\\_aborto.pdf](https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/laicidade_direito_aborto.pdf)>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo & TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e*



*fundamentalismos: Análises conjunturais*. Campinas, Editora da Unicamp, 2018, pp. 163-193.

\_\_\_\_\_. De onde vêm os referenciais para uma tomada de posição político-eleitoral? (1) *Religião e política: Con(vivência)? Con(fusão)?*, ano 5, n. 22-23a, novembro de 2010a. Disponível em: <[www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=415&cod\\_boletim=23&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=415&cod_boletim=23&tipo=Artigo)>. Acesso em: 2/2/2020.

\_\_\_\_\_. De onde vêm os referenciais para uma tomada de posição político-eleitoral? (2) *Religião e política: Con(vivência)? Con(fusão)?*, ano 5, n. 22-23a, novembro de 2010b. Disponível em: <[www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=416&cod\\_boletim=23&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=416&cod_boletim=23&tipo=Artigo)>. Acesso em: 2/2/2020.

CARVALHO, Osmar. Opinião: Quando a Frente de Evangélicos vai se posicionar contra a homofobia religiosa? *Ativismo Protestante*, 4 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.ativismoprotestante.wordpress.com/2019/04/04/opinio-quando-a-frente-de-evangelicos-vai-se-posicionar-contra-a-homofobia-religiosa/>>. Acesso em: 2/2/2020.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA (CIC). Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, Loyola, Ave-Maria, Paulus, 2009.

CEBI. Manifesto de cristãs sobre o caso do Espírito Santo. *CEBI*, 25 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://cebi.org.br/noticias/manifesto-de-cristas-sobre-o-caso-do-espírito-santo/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

CUNHA, Magali Nascimento. Política, mídia e religião: O ativismo progressista entre evangélicos brasileiros por meio do Facebook e do Twitter. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, v. 39, n. 3, set./dez. 2017, pp. 217-244.

DANIEL, Rachel; MANTOVANI, Camila. Quando se demonizam os evangélicos... *Mídia Ninja*, 16/01/2020. Disponível em: <<https://midianinja.org/racheldaniel/quando-se-demonizam-os-evangelicos/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Ethos privado e justificação religiosa: Negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN, Maria Luiza et al (org.) *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. Pp. 137-175.

EFREM FILHO, Roberto. “Os evangélicos” como nossos “outros”: sobre religião, direitos e democracia. *Religião e Sociedade*, v. 39, n. 3, Rio de Janeiro, set./dez. 2019.

EXTRA. Enquanto votação do impeachment acontecia, Bolsonaro era batizado em Israel. *Extra*, 12/05/16. Disponível em: <<https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. “A Frente de Evangélicos Pelo Estado de Direito, [...]”. *Facebook* Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, 23 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/photos/1214698398692847/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

GARCIA, Lusmarina Campos. A espiritualidade como disfarce para um projeto político baseado no crime. *Portal Catarinas*, 26/08/2020a. Disponível em: <<https://catarinas.info/colunas/a-espiritualidade-como-disfarce-para-um-projeto-politico-baseado-no-crime/>>.

Acesso em: 10 set. 2020.

\_\_\_\_\_. As lideranças cristãs que elegeram Bolsonaro. *Portal Catarinas*, 26/08/2020b. Disponível em: <<https://catarinas.info/colunas/as-liderancas-cristas-que-elegeram-bolsonaro/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *cadernos pagu* (5) 1995: pp. 07-41

HOBBSAWN, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018 (1983).

LUCCHESI, Bette; FREIRE, Felipe; MARTINS, Marco Antônio. Flordelis vira ré, apontada por mandar matar o marido, pastor Anderson; polícia prende 5 filhos e 1 neta. *GI*, 24/08/2020.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/24/operacao-tenta-prender-suspeitos-da-morte-do-pastor-anderson-do-carmo-flordelis-e-denunciada.ghtml>>.

Acesso em: 11 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. *et al.* Pastor Everaldo e filhos são presos em operação que afastou Witzel do governo de RJ. *GI*, 28/08/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/28/pastor-everaldo-e-presos-em-operacao-que-afastou-witzel-do-governo-de-rj.ghtml>>.

Acesso em: 11 nov. 2020.

OLIVEIRA, Danielle; RODRIGUES, Guilherme. Padre Robson pede afastamento após operação que apura desvio de doações de fiéis na Afipe. *GI*, 21/08/2020. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2020/08/21/padre-robson-pede-afastamento-apos-operacao-que-apura-desvio-de-doacoes-de-fieis-na-afipe.ghtml>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

OLIVEIRA, Fabíola. Cancelamento da jornada de conteúdo "Decolonizando o olhar: o racismo atinge a igreja?". *Facebook* (postagem em página pessoal), 18 de julho de 2019a. Disponível em:

<[https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=10156074951831326&id=736636325](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10156074951831326&id=736636325)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Carta aberta ao Brasil batista. *Facebook* (postagem em página pessoal), 15 de julho de 2019b. Disponível em: <[https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=10156067621121326&id=736636325](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=10156067621121326&id=736636325)>. Acesso em: 27 abr. 2020.

PACHECO, Ronilso. Grupos pró-vida e pró-família são grupos de ódio que usam Bíblia como alibi. *UOL*, 18/08/2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2020/08/18/grupos-pro-vida-aborto.htm>>. Acesso em: 10 set. 2020.

PROJETO REDOMAS. “A história de Madalena é icônica para nós [...]”. *Facebook* (Projeto Redomas), 22 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/1031121603594282/posts/3352967991409620/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

REDE DE MULHERES NEGRAS EVANGÉLICAS. Rede de Mulheres Negras Evangélicas. *Facebook* (Rede de Mulheres Negras Evangélicas – Sobre). 22 de setembro de 2019. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/negrasevangelicas/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/negrasevangelicas/about/?ref=page_internal)>. Acesso em: 29 nov. 2019.

REDE NACIONAL DE GRUPOS CATÓLICOS LGBT. “É com grande alegria que saudamos a criação [...]”. *Instagram @redecaticoslgbt*, 22 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CC9uqDKJVLB/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SAGRADA CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Declaração Persona Humana sobre alguns pontos de ética sexual*. Cidade do Vaticano, 29 dez. 1975. Disponível em: <[http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cfaith/documents/rc\\_con\\_cfaith\\_doc\\_19751229\\_persona-humana\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19751229_persona-humana_po.html)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

SALES, Gabriella. Grupo de cristãos lança candidatura coletiva pelo PSOL em Porto Alegre. *Fórum*, 12 fev. 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/politica/grupo-de-cristaos-lanca-candidatura-coletiva-pelo-psol-em-porto-alegre/>>. Acesso em: 25/2/2020.

SALVADOR, Alexya. “Aprendemos com o próprio Jesus a subverter [...]”. *Facebook* (postagem em página pessoal), 9 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AlexyaSalvador/posts/10217546507281110>>. Acesso em: 10 set. 2020.

SERRA, Cris. *Vimos pra comungar: Os grupos de católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na Igreja*. Rio de Janeiro, Metanoia, 2019.

\_\_\_\_\_; SILVA, Jeferson Batista; ARAÚJO, Murilo (orgs.). *Testemunhos da Diversidade: Histórias de fé, amor e comunhão*. Rio de Janeiro: Autorale, 2020.

TIRE OS FUNDAMENTALISMOS DO CAMINHO. “Conheça a campanha "Tire os Fundamentalismos [...]” *Facebook* (postagem em página da campanha), 14 de agosto de 2020. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/tireosfundamentalismosdocaminho/posts/656760564936337>>.

Acesso em: 10 set. 2020.

VAGGIONE, Juan Marco. La Iglesia Católica frente a la política sexual: La configuración de una ciudadanía religiosa. *cadernos pagu*, n. 50, 2017.

\_\_\_\_\_. Reactive politicization and religious dissidence: The political mutations of the religious. *Social Theory and Practice*, vol. 31, n. 2, April 2005, pp. 233-255.

VITAL DA CUNHA, Christina. Apoio evangélico a Bolsonaro é marcado por uma grande volatilidade. Entrevista a Patricia Fachin. *Instituto Humanitas Unisinos*, 27 setembro 2019.

Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/592934-apoio-evangelico-a-bolsonaro-e-marcado-por-uma-grande-volatilidade-entrevista-especial-com-christina-vital-da-cunha>>. Acesso em: 30/9/2019.

\_\_\_\_\_; EVANGELISTA, Ana Carolina. Estratégias eleitorais em 2018. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo, v. 16, n. 29, ago. 2019.